

Caxias do Sul, 16 de maio de 2025

À

Comissão de Licitação

Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE

Caxias do Sul – RS

Ref.: Pedido de Impugnação ao Edital – Pregão Eletrônico nº 90033/2025

XXX , inscrita no CNPJ nº XXXXXXXXXXXX, representado por seu representante legal, vem à presença perante dessa Comissão de Licitação, com fundamento no art. 165 da Lei nº 14.133/2021, apresentar **PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO** ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90033/2025, conforme os fundamentos técnicos e jurídicos a seguir expostos

Quando a planilha orçamentária de uma licitação não reflete com precisão a execução da obra, surgem riscos significativos para a administração pública e para os licitantes. Tal desconformidade pode comprometer a viabilidade do contrato, gerar aditivos desnecessários, atrasos e até a paralisação da obra, contrariando os princípios da legalidade, economicidade, eficiência e vinculação ao instrumento convocatório, conforme estabelecido no artigo 5º da Lei nº 14.133/2021.

A Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021) estabelece que:

**Art. 6º, XXV** – Projeto básico: conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, obrigatório exclusivamente para os regimes de execução previstos nos incisos I, II, III, IV e VII do caput do art. 46 desta Lei.

**Art. 23** – O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

Além disso, o artigo 164 da mesma lei assegura que qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital de licitação por irregularidade na aplicação da lei ou para solicitar esclarecimento sobre seus termos, devendo protocolar o pedido até três dias úteis antes da data de abertura do certame.

A presente impugnação se restringe à análise pormenorizada, restrita e apurada da composição dos itens constantes na planilha orçamentária apresentada no edital.

Durante a análise detalhada, verificou-se a existência de incongruências entre o projeto/memorial e composição dos valores orçados e itens que integram a planilha, revelando discrepâncias que podem comprometer a correta execução do objeto licitado.

Essas inconsistências apontam para uma incompatibilidade entre os serviços previstos e os valores estimados, o que pode resultar em problemas durante a fase de execução da obra, gerando a necessidade de aditivos contratuais e possivelmente prejudicando a eficiência e economicidade do contrato.

Diante disso, torna-se imprescindível a revisão da planilha orçamentária, a fim de que os valores orçados sejam devidamente ajustados e compatibilizados com os itens descritos, garantindo-se assim a transparência, a legalidade e a adequação do certame, conforme os princípios que regem as contratações públicas e os ditames da Lei nº 14.133/2021.

Dentre os principais pontos que fundamentam esta impugnação, destacam-se:

#### 1. Ausência de itens na planilha orçamentária para serviços exigidos tecnicamente, como:

##### 1.1- cobertura de valas com chapas de aço,

Conforme disposto na página 29 das especificações técnicas do edital, é exigido que a contratada providencie, sempre que necessário, a cobertura provisória das valas abertas por meio de chapas de aço, a fim de garantir a segurança e a livre circulação de pedestres e veículos nos trechos afetados pelas obras.

Entretanto, a planilha orçamentária não prevê item específico para este serviço, sendo vedada, por força do modelo orçamentário baseado no SINAPI, a criação de composições novas ou arbitrárias pelo licitante. Diante disso, solicita-se a inclusão expressa de item denominado **“Passagem provisória com chapas de aço”**, com o objetivo de assegurar a adequada previsão de custos e o equilíbrio econômico-financeiro contratual, conforme determina o art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

##### 1.2- esgotamento da vala com bomba de sucção,

De acordo com as especificações técnicas constantes na página 32 do edital, é atribuída à contratada a obrigação de manter as valas escavadas secas e livres de água e lodo, a fim de evitar a infiltração de detritos no sistema de tubulação, o que poderia comprometer sua integridade e funcionalidade. Para tanto, exige-se o uso de equipamentos adequados, como bombas de sucção. Contudo, a planilha orçamentária não contempla item

específico que preveja os custos relacionados ao serviço de esgotamento das valas com bomba de sucção, o que configura omissão relevante, tendo em vista que se trata de obrigação técnica essencial à correta execução das obras. Dessa forma, solicita-se a inclusão expressa do item **“Esgotamento de valas com bomba de sucção”**, com vistas a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos do art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

### 1.3- transporte de materiais hidráulicos,

Conforme previsto na página 36 das especificações técnicas do edital, o transporte de tubos, conexões e demais materiais hidráulicos, do almoxarifado do contratante até os diversos locais de execução das obras, é atribuído integralmente à contratada. Trata-se de uma atividade que demanda planejamento logístico específico, envolvendo recursos humanos e equipamentos especializados, tais como caminhões, guindastes, ferramentas adequadas, equipe técnica capacitada e, eventualmente, seguros e medidas adicionais de segurança.

Apesar da complexidade e da relevância operacional dessa atividade para o bom andamento dos serviços, não há na planilha orçamentária item específico que contemple os custos relacionados ao transporte desses materiais. Essa omissão impõe à contratada uma obrigação relevante sem a correspondente compensação financeira, em desacordo com os princípios da legalidade e do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, previstos na Lei nº 14.133/2021.

Diante disso, solicita-se a inclusão do item **“Transporte Rodoviários de materiais hidráulicos”**, de modo a garantir a previsibilidade contratual, a adequada remuneração das obrigações assumidas e a segurança jurídica do certame.

### 1.4- compactação de pavimentos com rolo compressor

Conforme disposto na página 38 das especificações técnicas do edital, é atribuída à contratada a responsabilidade pela compactação das áreas pavimentadas, após a execução dos serviços, utilizando rolo compressor vibratório de grande porte. Trata-se de etapa fundamental para garantir a durabilidade, estabilidade e qualidade final da pavimentação, sendo imprescindível do ponto de vista técnico e normativo.

No entanto, a planilha orçamentária padrão do edital não contempla item específico para esta atividade, impossibilitando sua precificação adequada por parte dos licitantes, especialmente diante das restrições impostas pelo modelo baseado no SINAPI, que veda a criação de composições não previstas.

A ausência de previsão orçamentária para esta obrigação compromete o equilíbrio econômico-financeiro do futuro contrato e pode gerar insegurança jurídica quanto à viabilidade da execução, contrariando o disposto no art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

Diante disso, solicita-se a inclusão do item **“Compactação de pavimentos com rolo compressor vibratório”**, assegurando previsibilidade, justa remuneração e regularidade contratual.

### 1.5- limpeza final de vias.

Conforme previsto na página 35 das especificações técnicas do edital, ao término dos serviços executados nas vias públicas, é exigida a limpeza completa das áreas utilizadas, como parte integrante da recomposição do local. Considerando que, durante a execução das obras, materiais escavados são depositados temporariamente ao longo das valas, é comum que parte desses resíduos permaneça ao final da intervenção, gerando a necessidade de limpeza adequada para devolução da via em condições satisfatórias de uso.

Tal atividade inclui, expressamente, a varrição — manual ou mecanizada — com o objetivo de remover resíduos e minimizar a poeira gerada, restabelecendo as condições de segurança e trafegabilidade para

pedestres e veículos. Contudo, não há item correspondente na planilha orçamentária que contemple os custos dessa etapa, o que representa lacuna relevante no orçamento contratual.

Dessa forma, solicita-se a inclusão do item **“Limpeza final e varrição mecânica de vias públicas”**, a fim de garantir a adequada previsão orçamentária e o cumprimento pleno das exigências contratuais.

## 2. Omissões referentes à destinação e licenciamento ambiental de resíduos inservíveis.

2.1 Conforme disposto na página 34 das especificações técnicas do edital, é exigido que os materiais inservíveis resultantes das obras — como entulhos, detritos de rochas, fragmentos de pedras e demais resíduos que não possam ser reaproveitados — sejam devidamente descartados em local licenciado, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

A atividade de destinação adequada desses resíduos exige, além do transporte apropriado, o devido licenciamento ambiental, o que implica em custos operacionais e administrativos relevantes. No entanto, a planilha orçamentária não contempla item específico que cubra tais despesas, gerando lacuna que compromete a viabilidade técnica e jurídica da proposta, além de ferir o princípio do equilíbrio econômico-financeiro previsto no art. 92 da Lei nº 14.133/2021. Diante disso, solicita-se a inclusão do item **“Destinação e licenciamento ambiental de materiais não reutilizáveis”** na planilha de custos, assegurando a legalidade, sustentabilidade ambiental e a adequada execução contratual.

## 3. Falta de previsão para mobilização/desmobilização por frente de serviço.

3.1 Considerando a necessidade de execução dos serviços em diversos pontos geográficos do município, com deslocamento frequente de equipamentos e equipes especializadas, muitas vezes de grande porte, em razão da natureza e complexidade da obra, verifica-se a ausência de item específico na planilha para contemplar os custos de mobilização e desmobilização por frente de serviço.

Tal atividade será inevitavelmente realizada ao longo da execução contratual, mas não possui previsão de pagamento, o que caracteriza obrigação imposta sem a correspondente compensação financeira. Essa omissão fere o princípio do equilíbrio econômico-financeiro do contrato (art. 92 da Lei nº 14.133/2021), e gera insegurança jurídica para o contratado quanto à exequibilidade da proposta e à integridade contratual.

Solicita-se, portanto, a inclusão de item específico de pagamento para **“Mobilização e Desmobilização por frente de serviço”**, de modo a assegurar previsibilidade, transparência e equilíbrio contratual.

## 4. Ausência de definição clara sobre responsabilidades entre contratada e empresa

4.1 De acordo com a página 39 das especificações técnicas do edital, a responsabilidade pela repavimentação asfáltica nos trechos onde houver remoção do pavimento caberá a uma terceira empresa contratada pelo SAMAE. Contudo, estabelece-se que a licitante deverá manter a sinalização e realizar a manutenção provisória do local por até cinco dias, até que a repavimentação definitiva seja executada.

Ocorre que o edital não define de forma clara o procedimento formal de comunicação entre a contratada e o SAMAE para acionar a empresa responsável pela repavimentação, tampouco delimita com precisão os marcos de início e término das obrigações de cada parte envolvida. Tal omissão gera insegurança jurídica e compromete a boa execução contratual, podendo dar margem a interpretações conflitantes quanto às responsabilidades e à eventual imputação de encargos indevidos à licitante.

Diante disso, solicita-se a inclusão de cláusula específica que estabeleça o **procedimento formal de solicitação de repavimentação asfáltica**, com definição clara de prazos, meios de comunicação e critérios objetivos para a transição de responsabilidade entre as partes.

## 5. Não fornecimento das composições próprias do SAMAE utilizadas na planilha.

5.1 Considerando que a presente licitação é fundamentada em composições de custos oriundas do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, as quais devem ser seguidas conforme suas regras e critérios metodológicos, torna-se imprescindível que sejam fornecidas, de forma aberta e transparente, as composições utilizadas e a metodologia adotada na elaboração da planilha orçamentária.

Tal medida é necessária para que todos os licitantes tenham pleno acesso às informações técnicas e possam formular suas propostas com base em dados consistentes e verificáveis, especialmente no que diz respeito às chamadas “composições próprias do SAMAE”, que, por não integrarem diretamente o banco oficial do SINAPI, exigem justificativa técnica e disponibilização prévia para garantir a isonomia, a competitividade e a segurança jurídica do certame.

6. Dispositivo sobre tratamento diferenciado às MEs e EPPs redigido de forma que pode induzir a erro, contrariando o art. 4º, §1º, I da Lei nº 14.133/2021. O presente Pregão Eletrônico está regido pela Lei nº 14.133/2021, a qual, em seu artigo 4º, § 1º, inciso I, estabelece importante ressalva quanto à aplicabilidade da LC nº 123/2006:

**Art. 4º** Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. § 1º As disposições a que se refere o caput deste artigo **não se aplicam:** I - no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Dessa forma, é fundamental esclarecer no edital que o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado às ME e EPP somente será aplicável quando o valor estimado por item não ultrapassar o limite de receita bruta anual fixado pela LC nº 123/2006 (atualmente R\$ 4,8 milhões), sob pena de induzir a erro os licitantes quanto à extensão dos seus direitos no certame.

Solicita-se, portanto, a adequação da redação editalícia a fim de conferir maior clareza e segurança jurídica, evitando interpretações dúbias por parte dos participantes da licitação.

7. Ausência de itens relativos às condições mínimas de trabalho (banheiros e refeitórios) e à segurança do trabalho (TST em campo).

7.1 Dado que os serviços serão executados em **diversos pontos do município, afastados do canteiro local**, é imprescindível garantir condições mínimas de trabalho para os operários, nos termos das normas trabalhistas (NR-18 e CLT), especialmente no que se refere a sanitários e locais para refeições.

**Solicita-se a inclusão de itens específicos para:**

- **Locação de tendas para refeições**
- **Banheiros químicos ou sanitários móveis**

**7.2 Segurança do Trabalho – Profissional Técnico** - Considerando o elevado número de colaboradores diretos e a circulação de transeuntes nas áreas das intervenções, torna-se obrigatória, por norma regulamentadora (NR-04 e NR-18), **a presença de Técnico de Segurança do Trabalho**, com atuação em campo e planejamento de ações preventivas.

**Solicita-se a inclusão de item na planilha para “Técnico de Segurança do Trabalho – 40h semanais”.**

8. Necessidade de detalhamento e abertura da composição do item de administração local, previsto de forma genérica.

Diante do exposto, requer-se que essa Comissão de Licitação proceda à análise deste pedido e, reconhecendo os vícios apontados, **PROMOVA A DEVIDA RETIFICAÇÃO DO EDITAL**, com a republicação de suas peças técnicas e orçamentárias, garantindo-se assim a transparência, a legalidade e a adequação do certame, conforme os princípios que regem as contratações públicas e os ditames da Lei nº 14.133/2021.

Termos em que, pede deferimento.